

**TEMAS TRANSVERSAIS APLICADOS
NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA
CATARINA - UNOESC**

SARTORI, Ládiny Bazzo

RIGO, Marianne Pilger *

PRANDO, Suélen Aparecida Padilha

LISTONE, Ana Lúcia

ROVER, Ardinete**

Resumo

O presente estudo trata dos temas transversais, presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, Educação Ambiental, Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e aplicação nas atividade do Curso de Ciências Contábeis. O objetivo da pesquisa foi verificar como os temas transversais estão sendo trabalhados no Curso de Ciências Contábeis da Unoesc Campus de Joaçaba. O tipo de pesquisa caracterizou-se como exploratória, descritiva e estudo de caso. tendo como o acompanhamento da primeira turma que ingressou na matriz 38 até sua colação de grau, que aconteceu em 2022-2, os quais foram abordados sobre a aplicação dos temas transversais. Os resultados apontaram que os temas transversais estão descritos nos documentos do curso, são trabalhados em alguns componentes curriculares com mais ênfase nos temas direitos humanos e educação ambiental, além de projetos pesquisas e de extensão, porém parte dos estudantes não distingue quais as atividades compreendem os temas transversais e que permitem atender o perfil desejado na formação cidadã do profissional em Ciências Contábeis.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa tratou dos temas transversais trabalhados no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc, tomando como base o campus de Joaçaba. Com vistas a promover melhorias no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), em processo de revisão, levantou informações descrevendo atividades que atingiram maior índice de aproveitamento sobre cada tema.

Em um primeiro momento foi realizado um estudo bibliográfico sobre os temas transversais aplicados nos cursos superiores. Em seguida apresentou a abordagem metodológica utilizada para o levantamento dos dados.

Na sequência, apresentou-se o resultado dos estudos encontrados por meio de identificação em documentos que abordaram os temas transversais e os conhecimentos obtidos por meio das práticas de cada componente e atividades que tratam os temas e verificou-se o conhecimento dos estudantes sobre as competências para formar um cidadão se estavam atreladas aos temas transversais.

2 DESENVOLVIMENTO

Em meio ao atual cenário mundial, a inclusão social vem sendo tratada como algo “normal”, mas sabe-se que há várias distinções em relação aos temas transversais. Apesar do princípio da igualdade ter sido erigido à estatura constitucional em 1988, estudos indicam que a desigualdade de gênero ainda persiste como reflexo de padrões culturais da sociedade (PINTO, 2009). Na mesma linha Mota e Souza (2013) coloca que apesar da luta da mulher pela igualdade social e dos grandes avanços que o sexo feminino obteve no mercado de trabalho, ainda existem obstáculos a serem superados pelas profissionais que almejam o sucesso nesse mercado tão competitivo.

O Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno a Resolução nº 1 de 30 de maio de 2012, trata sobre as diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos no seu § 1º do art. 1 os direitos humanos, são reconhecidos

como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, e pode ser de forma individual, coletiva, 3 transindividual ou difuso. Ambos se referem à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana (BRASIL, 2012a).

Outro assunto mais emergente e que tem gerado polêmica atualmente, é a Educação Ambiental, uma vez que, cada vez mais, há necessidade de transformar as ações humanas em ações sustentáveis para a garantia de um futuro verde para as próximas gerações (BRASIL, 1997). Conforme o Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno na Resolução nº 2 de 2012 em seu Art. 3º “[...] a Educação Ambiental visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído.” (BRASIL, 2012b). Desta forma é possível observar que a responsabilidade cidadão se dá com reciprocidade nas 4 reações dos seres humanos e com a natureza.

Segundo o que dita a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, desta forma é possível observar que:

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II: I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. (BRASIL, 2012c).

Conforme o Art. 2º, da Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004:

1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto a pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. 2º O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas. (BRASIL, 2004, p. 11).

De acordo com a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, os Direitos Humanos são reconhecidos no mundo todo como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e ambientais, tanto individual, coletivo, transindividuais ou difusos. Para assegurar que os cidadãos brasileiros tenham ciência dos seus direitos e de suas responsabilidades individuais e coletivas, foi fundamentada nos princípios da Educação em Direitos Humanos o Parecer Homologado pelo Conselho Nacional de Educação/CNE – Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2012a).

De acordo com o artigo de Kazu (2019), a Lei nº 12.764 de 2012, Lei de proteção ao Autista, é uma lei que se destina as pessoas diagnosticadas com síndrome TEA, e visa assegurar que os mesmos possuam seus direitos, tendo em vista o exercício da cidadania e a inclusão social (BRASIL, 2012c).

Conforme a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, em seu Artigo 1º, dispõe que:

Art. 1º § 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II: I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em

desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. (BRASIL, 2012c).

Soares (2014), ao se referir em seu artigo aos marcos legais e normativos, aponta que o reconhecimento de Libras como meio legal de comunicação e expressão teve início em 2002 com a Lei nº 10.436, legitimando-a como língua oficial dos surdos brasileiros. Contudo, apenas com a homologação do Decreto 5.626/05, esta Lei teve sua regulamentação, trazendo mudanças significativas.

O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, capítulo II, Artigo 3º, trata da questão inclusão de Libras como disciplina curricular, e estabelece:

Art 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste decreto (BRASIL, 2005, p. 1).

Silva e Haetinger (2012), destacam em seu artigo a relevância da Educação Ambiental, em como esse assunto deixou de ser apenas discutido por pessoas especializadas no campo ambiental ou em movimentos sociais ambientalistas, e tornou-se de interesse à toda a sociedade; e nas instituições de ensino não é diferente, sendo abordado desde o pré-escolar chegando até o ensino superior. De acordo com os autores, essa responsabilidade está

intrínseca, visando formar cidadãos éticos e comprometidos com o bem-estar da sociedade.

Para o ensino superior, conforme a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, a temática da Educação Ambiental deve estar referenciada nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), não sendo necessariamente implantada como uma disciplina, mas desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases e etapas do ensino (BRASIL, 2012b).

Sendo assim, pode-se estudar o tema sobre educação ambiental dentro de outros componentes do curso além das matérias obrigatórias do curso, como por exemplo, pode-se oferecer cursos de extensão relacionados aos temas, e que possam ser aproveitados dentro das horas extracurriculares, bem como dentro dos componentes optativos e eletivos, podendo assim puxar uma matéria de outro curso relacionada ao temas, mas que possa ser aproveitada dentro da grade curricular para formação acadêmica do aluno.

Na visualização da estrutura curricular do curso, destacam-se os componentes nos quais os temas transversais estão identificados.

Ética e Cidadania

De acordo com o PPC (2018), o componente curricular de Ética e Cidadania compreende as questões éticas, sociais e ambientais, a fim de desenvolver formação crítica e humanista. Busca que o estudante exerça suas responsabilidades com domínio das funções ético profissionais. Previsto nas DCNs, diretrizes do ENADE, PPC e PDI institucional, Ética e Cidadania são fundamentais no universo de valores que orientam a interação, significação, modo de ser e de viver em sociedade.

Fundamentos Antropológicos e Sociológicos

De acordo com o PPC (2018), o componente curricular de Fundamentos Antropológicos e Sociológicos busca compreender as questões éticas, sociais

e ambientais, a fim de desenvolver formação crítica e humanista. Em sua ementa destaca Homem e sociedade. Cultura, identidade e diversidade cultural. Relações étnico-raciais e de gênero. Sociedade, inclusão social e responsabilidade social. Divide a unidade de ensino em sociedade, cultura e relações.

O componente curricular tem o objetivo de trazer conhecimento acerca dos pressupostos antropossociológicos sobre a estrutura social que forma a sociedade vigente e suas implicações enquanto sujeito cidadão para que possa agir de forma consciente nos vários espaços socioculturais que vir a fazer parte.

Gestão da Sustentabilidade

O componente curricular estuda o tripé da sustentabilidade. As premissas, dimensões da sustentabilidade. Levando aos alunos refletir os conceitos emergentes em sustentabilidade, bem como, os indicadores de sustentabilidade, pois as mudanças climáticas, a biodiversidade e a responsabilidade social corporativa influenciam diretamente no sistema de gestão ambiental das organizações.

Contabilidade de Agronegócios

O cuidado com as operações contábeis do agronegócio é fundamental, pois leva em conta na produção, o meio ambiente, bem como a gestão econômica. Na região de abrangência da Unoesc o ramo do agronegócio é um potencial para geração de negócios e geração de emprego. De acordo com o PPC (2018) a oferta do componente deve levar o estudante a dominar os conhecimentos da contabilidade de agronegócio em consonância com o perfil regional, gerando informações para a tomada de decisão das organizações de agronegócios.

Estágio Contábil

De acordo com o PPC (2018), o Estágio Contábil é obrigatório é o meio de integração entre a teoria e prática, fator importante na formação profissional do acadêmico tendo em vista que se caracteriza como atividade inserida no processo de aprendizagem, com a finalidade de complementar a formação profissional do aluno, visando ao aprimoramento dos conhecimentos obtidos ao longo do curso e constitui-se em possibilidade de desenvolvimento das competências e habilidades profissionais necessárias para o exercício profissional, e também de conhecimentos, valores e atitudes para o exercício da cidadania.

Trabalho de Conclusão de Curso

De acordo com o PPC (2018), O TCC é um momento de aproximação do acadêmico com o espaço profissional, estabelecendo sua compreensão e relação com a atuação profissional específica da sua formação e a pesquisa, devendo assegurar a articulação entre a teoria e prática, indispensável à formação acadêmica, em cujo processo se considera a produção científica fundamental para alcançar essa relação, fazendo cumprir o princípio da integração Unoesc e comunidade regional.

O tema da pesquisa é de livre escolha, mas deverá estar relacionado com as linhas de pesquisa do curso, podendo ser na modalidade de monografia ou artigo científico, elaborado sob orientação docente e a avaliação/análise será por banca examinadora. A avaliação final deverá constar de apresentação oral e arguição pelos membros da banca examinadora.

A pesquisa e a extensão também fazem parte das atividades do curso e apresentam-se ligadas com os temas transversais.

A pesquisa dá-se por meio da participação de editais de iniciação científica, bem como na realização do Trabalho de Conclusão de Curso, das quais o resulta artigos que são publicados apresentados em eventos.

Dentre os resultantes de projetos de iniciação científica, destaca-se que a maioria dos projetos são relacionados os temas transversais. \esses projetos são realizados para atender a demanda da transversalidade que não estão contempladas nos componentes curriculares. Destaca-se os conteúdos de estudo: Núcleo de Apoio Fiscal – NAF Unoesc e o atendimento comunidade; Educação financeira aplicada aos acadêmicos ingressantes nos cursos da ACS no campus de Joaçaba/SC; Participação da mulher contadora nas organizações contábeis do Meio Oeste de Santa Catarina; Mercado de trabalho do egresso de Ciências Contábeis; Desafios dos estudantes trabalhadores dos Cursos de Administração, Contabilidade e Direito de uma Instituição de Ensino Superior do Oeste Catarinense; O Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal Unoesc Joaçaba como meio de acesso à cidadania; O papel dos habitats de inovação e as estratégias de consolidação da cultura de inovação no âmbito do Polo Inovale; Atendimento gratuito aos contribuintes do fisco federal; Perfil dos contribuintes no atendimento gratuito do imposto de renda pessoa física de baixa renda da mesorregião de Joaçaba; Análise do nível de educação em gestão financeira dos alunos do ensino médio de escolas públicas e privadas; Balanço social e sua importância para atestar a responsabilidade social e ambiental de empresa.

O próprio projeto ora em fase da elaboração relatório final que trata dos temas transversais aplicados no curso de Ciências Contábeis.

A extensão no curso de Ciências Contábeis ocorre, principalmente, por meio do Núcleo de Apoio Fiscal – NAF, que é uma parceria do Curso de Ciências Contábeis e a Delegacia da Receita Federal. Dentro do NAF, são desenvolvidas diversas atividades que envolvem os acadêmicos e docentes na orientação e prestação de serviços a comunidade carente.

Conforme consta no relatório de práticas do Naf, Unoesc (2022) as atividades no setor são desenvolvidas de forma contínua por uma equipe de professores e bolsistas, sendo:

a) Projeto Cidadania Fiscal – concurso de vídeo “Cidadão Cineasta Fiscal” desenvolvido com turmas do ensino médio de escolas públicas

estaduais; “Gincana de Educação Fiscal” realizada com as turmas do ensino fundamental em Escolas Públicas Municipais – além da cooperação de mais de 25 escolas urbanas e rurais de forma voluntária. Recebimento de bens doados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e encaminhamento para as escolas que participam dos Projetos de Educação Fiscal permite que melhorem as condições das mesmas em termos da parte física ou aquisição de material didático para aplicação no ensino.

b) Palestras ofertadas para a comunidade em geral, acadêmicos e estudantes do ensino médio e fundamental de escolas públicas, municipais e estaduais, bem como a entidades de categoria e outras. As palestras foram realizadas de forma online, utilizando as plataformas Youtube e Zoom, ou em salas de aula, e possuíam como tema base na educação fiscal, sustentabilidade e educação financeira. Todas possuem o apoio direto da RFB, órgãos de classe da profissão e comunidade em geral.

c) Atividades com bolsistas do art. 170 – projetos sociais – aos acadêmicos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito.

Além disso, mais recentemente está sendo feito o reprocessamento de produtos apreendidos (cigarros, bebidas alcoólicas, medicamentos e cosméticos), auxiliando na redução do impacto ambiental de resíduos.

No ano de 2022 o Naf por meio de seus alunos e professores, só em Joaçaba, fez 9.885 atendimentos gratuitos a comunidade, fortalecendo a preparação desses alunos para atuarem na profissão habilitados nas questões fiscais, assim como contribui para que se torne um cidadão melhor onde encontra-se inserido (UNOESC, 2022).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O tipo de pesquisa caracteriza-se do tipo exploratória, descritiva e estudo de caso, tendo como objeto do projeto realizar uma análise

documental sobre os temas transversais no PPC (2018), por meio também da verificação dos conteúdos, atividades abordadas nos planos de ensinos, nas atividades de pesquisa e de extensão dos cursos de Ciências Contábeis. Atrelando a pesquisa na matriz 38 do curso no que diz respeito a aplicação dos temas transversais.

Para o desenvolvimento deste projeto foram utilizadas as abordagens metodológicas da pesquisa qualitativa com pesquisa bibliográfica e documental. Também foi feita análise com recorrência a abordagem quantitativa com vistas a mensurar a relevância de aspectos relacionados aos conhecimentos dos acadêmicos sobre os temas transversais com aplicação de questionários aos discentes que ingressaram na matriz mencionada em 2018 e em 2022 finalizaram o curso.

Inicialmente a pesquisa foi baseada no Projeto Pedagógico - PPC do Curso de Ciências Contábeis (2018), analisado a matriz curricular.

Verificou-se que nos componentes curriculares profissionalizantes de caráter teórico, teórico/práticos e práticos, os quais abordam conteúdo específicos da contabilidade, de quantificações de informações econômicas, financeiras, patrimoniais, governamentais e não governamentais, também estão presentes os temas transversais de forma transversal. Componentes curriculares optativos e eletivos que possibilitam ampliar os conhecimentos em áreas completares na formação profissional é outra oportunidade de estudar sobre esses temas. Entre esses componentes destaca-se a oferta semestral pela instituição do componente curricular de Libras que é opção de alguns acadêmicos.

Além disso, inclui-se as atividades curriculares complementares à formação, as quais visam o desenvolvimento de conhecimentos, às habilidades e competências relacionadas ao contexto regional e à formação humana e profissional, em uma perspectiva interdisciplinar. E, por fim, aqueles que integram a composição final da matriz curricular os componentes curriculares, que são eles o Estágio Contábil I e II e Trabalho de Conclusão de Curso, que têm regulamentações específicas definidas no âmbito do curso de Ciências Contábeis.

Analisando as ementas, referências dos componentes curriculares do curso e no tópico de atendimento aos requisitos legais e normativos, destacam-se que os temas transversais constam com mais ênfase em alguns e menos e outros.

Realizou-se a análise documental sobre os temas transversais trabalhados no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Oeste de Santa Catarina. Para a coleta de dados de campo, a população da pesquisa intencional compreendeu os acadêmicos do curso que ingressaram em 2019 na matriz 38 e terminaram a graduação em 2022, com número de 37 alunos, analisando uma turma do início ao fim (PPC, 2018). A amostra para análise dos dados foi composta a 16 acadêmicos que responderam ao questionário disponibilizado por meio do Google Docs e foi aplicado entre os meses de janeiro e fevereiro do ano de 2023. A aplicação do instrumento teve como objetivo identificar analisar o conhecimento dos discentes do Curso de Ciências Contábeis, a respeito da abordagem de temas transversais na matriz curricular. O questionário foi composto por 10 perguntas para esses acadêmicos do curso.

A coleta de dados foi feita pela a análise documental, complementando-se com a coleta aplicação questionário aos discentes.

3 CONCLUSÃO

Os resultados apurados após análise documental realizada por meio do levantamento de informações no PPC (2018) do curso, matriz 38, bem como, nos planos de ensino aprendizagem, apontam que a abordagem da otimização dos temas transversais, são propostos no formato de conteúdos com mais ênfase em alguns componentes curriculares. O objetivo do estudo foi levantar de que forma os temas transversais estão sendo aplicados no Curso de Ciências Contábeis da Unoesc de Joaçaba, identificando-se por

meio de documentos que abordam sobre temas transversais, apurando as habilidade e atitudes dos estudantes em relação ao mesmo, avaliando-se o conhecimento obtidos por meio das práticas de cada componente no que trata os temas e para formar um cidadão profissionalmente estão atreladas aos temas transversais.

Na análise documentais levantou que os temas transversais são abordados em diversos componentes curriculares do curso de Ciências Contábeis da Unoesc de Joaçaba no PPC, planos de ensinos e nas atividades pesquisa e de extensão dos cursos de Ciências Contábeis. Atrelando ao perfil profissional dos egressos estabelecidas na matriz 38 do curso que tem como eixo norteador a formação ética e cidadã, comprometido com as questões sociais e ambientais.

Observa-se assim, no que diz respeito ao curso, o mesmo tem o compromisso com processos formativos que incluam as responsabilidades éticas e sociais. Para tanto, além de reconhecer e valorizar a diversidade, adota uma dinâmica curricular interdisciplinar na qual se articulam os conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos, ao respeito às diferenças, integrando a educação das relações étnico-raciais e dos afrodescendentes, preconizando a igualdade de direitos.

Diante dos resultados expostos, constatou-se que os temas transversais estão postos no PPC (2018) do curso, porém há necessitam de uma abordagem direta quando da sua aplicação nos componentes e atividade do curso. Ademais, os resultados obtidos, mostrou que é necessário trabalhar de outras formas os temas transversais durante as aulas e mencionar que o assunto tratado se refere a tal, pois os acadêmicos já tiveram contato com os temas, conforme mostra a pesquisa documental, porém parte deles não têm conhecimento do que se tratam. Também, recomenda-se para pesquisa futuras, ampliar a amostra de discentes e docentes entrevistados, abrangendo todos os campi em que o curso de Ciências Contábeis é ofertado, já que o PPC e matriz curricular é institucional.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente e saúde. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, 1997.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jun. 2004. Seção 1, p. 11.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 maio 2012a. Seção 1, p. 48.

BRASIL. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 jun. 2012b. Seção 1, p. 70.

BRASIL. Câmara de Deputados. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2012c. Seção 1, p. 2.

CIÊNCIAS CONTÁBEIS. Contabilidade de Agronegócios. Joaçaba: Unoesc, 2021. (Plano de ensino aprendizagem).

CIÊNCIAS CONTÁBEIS. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Joaçaba: Unoesc, 2022. (Plano de ensino aprendizagem).

MOTA, Érica Regina Coutinho Ferreira; SOUZA, Marta Alves de. A evolução da mulher na contabilidade: os desafios da profissão. In: CONGRESSO CONVIBRA, 2013, São Paulo. Anais [...] São Paulo, 2013.

OTSUKA, Daniela. Língua Brasileira de Sinais. Blog Infoescola. [S. l.], 2010. Disponível em: <https://www.infoescola.com/comunicacao/lingua-brasileira-de-sinais-libras/> Acesso em: 5 abr. 2022.

PINTO, Mariana Dórea Figueiredo. Abordagem de gênero no trabalho no campo da contabilidade no Estado de Sergipe. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2009.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – UNOESC. Área das Ciências Sociais. Curso de Ciências Contábeis. Práticas NAF Unoesc 2022. Joaçaba: NAF/Unoesc, 2022. (Projeto de Extensão Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal Universidade do Oeste de Santa Catarina).

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA - UNOESC. Resolução nº 212/Consun/2018. Aprova alteração do Projeto Pedagógico do curso de Administração, oferecido na modalidade presencial. Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis. Joaçaba: Unoesc, 5 dez. 2018.

Sobre o(s) autor(es)

* Bacharelados em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)– Campus de Joaçaba. E-mail: : ladiny.bazzo@gmail.com; marianepilger0@gmail.com**

Mestre em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc. Professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)–Campus de Joaçaba.

E-mail: selen.p@unoesc.edu.br;

Mestranda em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc).

Professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)–Campus de Joaçaba.

E-mail: analucia.listone@unoesc.edu.br;

Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). E-mail: ardinete.rover@unoesc.edu.br